

# tópicos e notas críticas

---

Carlos C. Almeida

## Sobre a problemática da emigração portuguesa:

notas para um projecto  
de investigação interdisciplinar

### I

1. As breves notas que a seguir se apresentam não pretendem, de modo algum, abarcar o conjunto da problemática da emigração portuguesa. Trata-se, tão-só, de apontar o quadro de reflexão segundo o qual temos vindo ultimamente a analisar o fenómeno migratório português. Como se verá, tal análise coloca-se na perspectiva da situação dos trabalhadores imigrados, muito mais que na do estudo da emigração. Várias razões concorrem para que assim seja.

a) Em primeiro lugar, partimos do facto de a definição do objecto de uma investigação, sobretudo no que às ciências humanas e sociais diz respeito, não se operar independentemente da própria situação do investigador. Não se trata de enunciar um puro princípio de ordem prática, embora seja evidente que o facto de estarmos afastados de Portugal nos coloca em postura desfavo-

---

\* Texto apresentado na reunião organizada em 29 de Outubro passado pela Universidade Nova de Lisboa, com vista a lançar um projecto de investigação interdisciplinar sobre mão-de-obra e emigração. Este texto mais não é do que um documento de trabalho, servindo antes de mais para apontar algumas pistas e certas perspectivas de análise sobre a emigração portuguesa. A sua articulação interna ressent-se do objectivo para que foi elaborado, pois que se tenta, nos diversos pontos, responder a alíneas precisas da agenda de trabalhos daquela reunião, com vantagens quanto a uma efectiva participação por parte do autor, momentaneamente ausente do País, mas certamente com desvantagens quanto à unidade própria do texto.

rável para avançar fundadas hipóteses sobre a emigração portuguesa, sobretudo no quadro de um projecto de investigação como o que agora se pretende delinear, o qual, a nosso ver, deverá dar prioridade ao «trabalho de campo». Trata-se, a nível mais fundamental, de um princípio metodológico próprio das disciplinas sociais, pois que o investigador é parte integrante do objecto investigado. Ao anunciar o que parece ser uma evidência, mais não fazemos do que trilhar caminhos já amplamente explorados pelos clássicos da sociologia. Mas não será demais insistir neste aspecto, num tempo que parece dominado por correntes metodológicas hiper-empiristas de cariz tecnocrático.

Ora, se assim é, a nossa vivência directa da situação da imigração confere-nos, enquanto investigador, um papel que restitui, em grande parte, a nossa situação de facto enquanto «actor» social. É certo que nos separamos dos trabalhadores imigrados, na qualidade de intelectual expatriado por motivos que não são essencialmente de ordem económica. Diríamos que nos liga aos trabalhadores imigrados uma mesma *situação contextual* e que deles nos separam distintas *situações estruturais*. Mas não vemos neste facto uma decisiva limitação quanto ao nosso papel de investigador, antes pelo contrário — a diversidade de perspectivas pode facilitar o estabelecimento de uma necessária distância em relação ao objecto de estudo, sem prejuízo da relação de empatia que ligará o investigador ao universo que se propõe estudar, relação esta facilitada pela existência de zonas de vivência comuns.

b) Passando a um outro tipo de argumentos, diga-se que o estudo da situação da imigração reveste grande importância se se quer definir a problemática da emigração portuguesa. Será necessário demonstrá-lo?

Há a tendência para reduzir essa problemática a dois momentos privilegiados, o *ante* e o *após* expatriação, o que se traduz, na gíria dos estudiosos destas questões, pela análise das «causas» e das «consequências» da emigração. Acaba por se considerar que os imigrantes, porque vivem e trabalham noutros espaços nacionais, não entram numa problemática portuguesa. Dir-se-ia que são assim duplamente expatriados, pois que à efectiva partida dos trabalhadores migrantes para outros países, nós, os investigadores, acrescentaríamos o seu forçado exílio de estudos que a eles pretendemos dedicar...

É certo que os trabalhadores imigrados são tidos em conta nas análises das «consequências» da emigração. Mas de um modo, as mais das vezes, instrumental, isto é, apenas enquanto «produtores de transferências»; ou então de um modo negativo, ou seja, enquanto força-de-trabalho ausente.

A este propósito, parece-nos urgente estabelecer uma ruptura em relação às abordagens do fenómeno migratório que tendem a reproduzir, a nível da prática científica, a própria prática política e ideológica do sistema. A nosso ver, a análise da emigração não avançará grandemente se a tomarmos apenas como um agregado de produtores móveis, e de produtores que nada mais produzem do que mercadorias. Ter-se-ia — cabe perguntar — avançado no conhe-

cimento da classe operária caso se reduzisse a análise desta ao trabalhador como simples produtor de mercadorias, sem estudar tudo aquilo que ele produz, enquanto trabalhador, no campo da cultura, da ideologia, da acção sindical e política? Ver-se-ia mais do que um agregado de trabalhadores individuais, aí onde afinal existe uma categoria histórica e socio-política: a classe operária?

Ora, acontece que as migrações hodiernas tendem a realizar, como se verá mais adiante, esse objectivo alienante que advém da própria essência do sistema capitalista, ou seja, a redução dos trabalhadores (migrantes) a simples produtores do «mundo das coisas», como diria Marx. Muitas das análises da emigração — singularmente aquelas que se colocam no terreno da economia, disciplina que as próprias características do fenómeno migratório privilegiam, dir-se-ia que de modo «natural», no estudo destas questões — partem da alienação dos trabalhadores migrantes como se se tratasse de um simples *dado*, e não precisamente daquilo que há que explicar.

Surge, assim, a necessidade, que se nos antolha urgente, de exprimir nas análises do fenómeno migratório algo que não se reduz aos aspectos mais funcionais deste último em relação ao sistema de produção. Veremos então — será preciso sublinhá-lo? — que os imigrantes têm uma existência «global», para além da sua existência como simples «factores de produção»; e que formas específicas de cultura e de acção tendem a emergir em relação com a situação da emigração.

É convicção nossa que o estudo dessas formas específicas de existência dos trabalhadores imigrantes tenderá a mostrar o interesse que há em englobar a imigração na problemática do fenómeno migratório português. Por aí se verá que os imigrantes portugueses (como aliás acontece com os imigrantes em geral) tendem a criar no seio das sociedades ditas «de acolhimento», *espaços nacionais* caracterizados pela complexa resultante do jogo dialéctico que, por intermédio da imigração, se estabelece entre a cultura de origem e a cultura do país de emigração. Temos, pois, que de algum modo a imigração prolonga e diversifica a problemática portuguesa, nela introduzindo novas variáveis que seria certamente errado não tomar em consideração. E não estamos só a pensar no possível impacto daqueles (relativamente poucos) imigrantes que, mais tarde ou mais cedo, regressarão a Portugal. A nossa atenção dirige-se sobretudo para a grande massa dos imigrantes portugueses, já de algum modo integrados nos países de imigração. Diríamos que eles estão «presentes» no país, e que o país está «presente» neles; e que essa «presença» não vem unicamente das poupanças remetidas para Portugal. Certo, grande parte da ambígua solidariedade que liga os imigrantes e a Nação aí radica. Mas outras formas de relação existem, que urge valorizar, começando-se por lhes atribuir a devida atenção ao nível de futuros projectos de investigação.

Efectivamente, o movimento migratório estabelece uma relação entre dois espaços culturais diferenciados, o da região de partida e o da região de «acolhimento», relação que se inscreve

no quadro de formações sociais desigualmente desenvolvidas. Através da emigração, estabelece-se um contacto súbito das regiões de origem dos migrantes com os valores culturais do centro desenvolvido. Contacto este que, seja embora difuso, poderá conduzir a certos fenómenos de desintegração e de re-estruturação sócio-culturais nas comunidades portuguesas mais afectadas pela emigração. Estas transformações são tanto mais vivas quanto é certo tratar-se de comunidades reduzidas as mais das vezes a uma situação de estagnação económica e de «marginalidade» sócio-cultural. Haverá, pois, a tendência, por parte daqueles que não foram levados pela corrente migratória, a adoptar mecanicamente alguns dos traços culturais mais visíveis das sociedades de imigração, segundo a re-interpretação que deles fazem os próprios imigrantes. E note-se que essa cultura exógena, embora não corresponda ao contexto histórico e socio-económico dessas regiões de emigração, tende a ser tanto mais valorizada quanto é certo ser veiculada por relações a que o envio das poupanças empresta carácter ambíguo, senão mesmo contraditório.

Que sabemos ao certo sobre tudo isto? Que alterações na paisagem social, cultural e ideológica das comunidades rurais e mesmo urbanas portuguesas tudo isto está a engendrar, eis o que parece urgente inquirir. Para tanto, impõe-se levar a cabo aquilo a que chamaríamos um *levantamento sociológico* das regiões mais fortemente afectadas pelo recente surto migratório. Segundo se nos antolha, tal estudo deveria focar essencialmente a relação que se estabelece entre essas regiões de emigração e aquelas onde os trabalhadores portugueses imigrados tendem a recriar, no confronto com a cultura do país de imigração, formas culturais «portuguesas», marcadas ao mesmo tempo pela permanência e pela inovação. Por outras palavras: trata-se de descortinar, nesse estudo das *regiões de emigração*, a articulação existente entre as pressões externas vindas das comunidades de trabalhadores portugueses expatriados e o arranjo dos factores internos, tanto nacionais como locais. Ou seja ainda: as transformações induzidas pela emigração nas regiões de partida, a nível do arranjo das classes sociais como a nível da emergência de novas formas de ideologia e de comportamento, não são apenas o fruto do impacto de factores *externos*, nem tão-pouco a resultante de factores *internos* gozando de uma autonomia absoluta. Estamos antes perante uma relação, cuja dinâmica contraditória haverá que analisar no próprio âmbito das regiões de emigração.

Se o que deixamos dito se justifica, compreende-se, então, como é importante incluir-se na problemática da emigração portuguesa o estudo do processo de inserção dos trabalhadores imigrados nas sociedades de «acolhimento».

2. Estudos como estes implicam uma perspectiva de análise multi-dimensional. Daí o justificar-se uma prática científica interdisciplinar que apele para diversas disciplinas na focagem das questões colocadas. Entendamo-nos, no entanto, sobre essa prática interdisciplinar. É nossa convicção que não se pode reduzir o

emprego desta a uma simples colagem, lado a lado, de análises feitas segundo a linguagem e o método de abordagem próprios a cada disciplina. A tanto se reduz por vezes uma certa utilização puramente ritual da interdisciplinaridade, manejada como se se tratasse de um valor altamente desejado, mas vazio de conteúdo prático.

Somos de opinião que, no que à emigração diz respeito, importa estabelecer aquilo a que chamamos noutra local uma *análise integrada* do fenómeno migratório, capaz de restituir este último na sua globalidade. É que nos encontramos perante um objecto de estudo particularmente parcelarizado, em função das várias focagens e até dos vários paradigmas das disciplinas concernentes.

Afigura-se-nos que o fenómeno migratório, como totalidade que é, ganhará mais em ser analisado no quadro de uma focagem *pluridisciplinar* do que no quadro de uma prática *interdisciplinar* do tipo aditivo que acabamos de criticar. Georges Devereux tece a este propósito, no limiar da sua obra intitulada *Ethnopsychanalyse complémentaire* (Paris, 1972), algumas considerações que nos parecem de grande alcance para a clarificação deste assunto, e que estamos tentados em subscrever. Defende o autor a prática de uma «pluridisciplinaridade não fusionante e não simultânea: a do 'duplo discurso' obrigatório» (pág. 10). E entende por «duplo discurso obrigatório» a focagem que consiste em analisar um mesmo objecto de estudo segundo as perspectivas específicas de duas disciplinas distintas, devendo fazer-se essa «dupla análise» segundo uma relação de complementaridade. Não terá cabimento desenvolver neste texto tais propostas. Não quisemos, todavia, deixar de as referir a título de objecto possível de reflexão.

3. Apresenta-se, na II Parte destas notas, um extracto, vertido para português, de um texto intitulado: «Migration, classe et ethnie — réflexions sur les processus d'intégration des travailleurs migrants»<sup>1</sup>, no qual se esboça um quadro teórico global podendo servir para analisar o processo de integração dos trabalhadores migrantes nas sociedades de imigração. Inserimos este texto, tal como o publicámos anteriormente, na medida em que precisa algumas das anotações precedentes.

Mais não é que um quadro teórico geral, que haverá que concretizar e diversificar no contexto de um trabalho de campo centrado sobre os imigrantes portugueses. Acrescentemos que é esta a tarefa que nos ocupa actualmente.

Para tal, servimo-nos de uma metodologia essencialmente qualitativa, cujo detalhe não cabe desenvolver nestas curtas notas. Indique-se, tão-só, que as entrevistas aprofundadas e aquilo a que podemos chamar as «histórias de vidas» constituem o fulcro desta metodologia. Pretendemos essencialmente reconstituir, através do «discurso» dos imigrantes sobre as suas próprias vivências e expe-

---

<sup>1</sup> Publicado na obra colectiva: *Contributions à l'Analyse Sociologique de la Suisse*, Société Suisse de Sociologie, Actes du 2.<sup>e</sup> Congrès, Genève 1974, pp. 17-27. A tradução do extracto adiante publicado foi feita no Gabinete de Investigações Sociais.

riências da emigração, a globalidade do movimento migratório, enquadrando, tanto quanto possível, esse «discurso» na situação estrutural que caracteriza o actual fenómeno migratório.

## II

### 1. Acerca da integração funcional: os caminhos da exclusão

O processo de inserção dos trabalhadores migrantes nas sociedades desenvolvidas da Europa reveste-se de formas relativamente específicas. Os movimentos migratórios a que assistimos actualmente tendem a perder a forma de movimentos mais ou menos espontâneos, como os que se verificaram antes da segunda guerra mundial, para se irem tornando movimentos organizados, planificados. Isto quer dizer que dependem cada vez menos das «decisões» dos emigrantes potenciais. Tanto nos países de partida como nos países de chegada foram criadas instituições especializadas que organizam e enquadram os movimentos migratórios. Estes estão assim dependentes, na sua forma e extensão, duma política concertada, se bem que por vezes contraditória, entre os governos interessados, política que é ditada pelas necessidades da conjuntura económica.

Para os grupos dominantes dos países de emigração, a expatriação maciça de trabalhadores constitui uma solução sectorial e a curto prazo para os desequilíbrios estruturais do mercado do trabalho, permitindo, sem se ter de pôr a questão duma necessária política global de desenvolvimento, atenuar as tensões sociais resultantes desses desequilíbrios. Para os grupos dominantes dos países de imigração, os trabalhadores estrangeiros permitem incrementar os lucros, ao mesmo tempo que tornam possível, não só estender ao longo do tempo o processo de racionalização da produção, como também «desnacionalizar» um muito largo sector da classe operária do país.

Neste contexto, os movimentos migratórios reduzem-se cada vez mais a uma pura *funcionalidade económica*.

Todavia, as migrações de trabalhadores não consistem numa simples transferência espacial de mão-de-obra de um país para outro. Essa transferência constitui, efectivamente, um autêntico *movimento social*, através do qual se (re)-estrutura a classe operária ao nível global do sistema de produção. Isto significa, nomeadamente, que as implicações duma forte presença de trabalhadores imigrados nos países de «acolhimento» se fazem sentir, não apenas ao nível da produção, mas também na criação e cristalização das relações sociais globais. Na realidade, os movimentos migratórios foram sempre movimentos «factores de história», na medida em que serviram não somente para desenvolver o sistema produtivo mas também, e talvez mesmo sobretudo, para criar e transformar as formas de sociabilidade características das diversas formações sociais nacionais.

As nações são, no fundo, as resultantes duma complexa interacção de diversas culturas. E é indubitável que os movimentos

migratórios sempre contribuíram para a modelação desse pluralismo cultural e societal.

Ora, a actual gestão política da imigração, posta em prática através das várias políticas migratórias (acordos bilaterais, tratados multinacionais no quadro do Mercado Comum, etc.), visa reduzir a imigração à simples funcionalidade produtiva, retirando-lhe todo o carácter de movimento social.

A instrumentalização dos grupos de imigrantes, enquanto mera força-de-trabalho, é uma operação ambivalente e geradora de ambivalência na consciência (vívida) dos próprios imigrantes. A funcionalização na esfera da produção faz-se com base no papel desempenhado pelos imigrantes no sistema de produção, isto é, enquanto membros duma categoria da sociedade global: a classe operária. Mas o *unifuncionalismo* a que são constrangidos os trabalhadores imigrados diferencia-os do resto da classe operária autóctone, a qual é, por definição, *plurifuncional*. De facto, os trabalhadores imigrados são excluídos de todas as formas de participação institucionalizada na sociedade global que se situem fora da esfera da produção, e isto com o fundamento da sua pertença étnica, ou seja, enquanto *estrangeiros*. Operários (+ *estrangeiros*) na esfera da produção, eles tornam-se *estrangeiros* (+ *operários*) nas diversas esferas da vida, exteriores ao trabalho. Nesta dupla categorização: *operários/estrangeiros*, se joga a ambivalência da situação da imigração.

A instrumentalização dos movimentos migratórios condiciona largamente o processo de inserção dos imigrantes.

É a este respeito muito significativo que o conceito de assimilação tenha sido progressivamente substituído pelo conceito de integração. Sem dúvida, o conceito de integração é mais «neutro», como o demonstrou Sheila Allen (1971): permite, nomeadamente, conceber a existência duma sociedade de imigração culturalmente pluralista, na qual os grupos de imigrantes não teriam forçosamente de se fundir com a cultura dominante. Parece-me todavia que a substituição de um termo pelo outro traduz mais uma alteração verificada na problemática coberta pelos dois conceitos do que uma preocupação de «objectividade».

O conceito de «assimilação» surgiu ao mesmo tempo como necessidade prática e como campo teórico nas *sociedades nascentes*, onde o contributo dos imigrantes para a formação da nacionalidade desempenhava um papel central. Tratava-se, nestes países, não só de fazer funcionar uma economia, mas também de criar uma nação. A inserção na produção podia por conseguinte processar-se conjuntamente com uma política de assimilação, que tinha por objectivo transformar os imigrantes em membros plenos da nação. Foi esse, por exemplo, o caso dos Estados- Unidos. Sensivelmente diferente é o caso dos países europeus que actualmente recrutam mão-de-obra estrangeira: a utilização desta força-de-trabalho pode aí ser mais facilmente dissociada duma participação dos imigrantes na vida pública. O objectivo visado é unicamente manter e/ou acelerar um determinado crescimento económico. Não há uma nação a criar: pelo contrário, a nação é apresentada como um dado

histórico, como já inteiramente constituída enquanto tal — o que implica dever ser preservada de aportações exógenas.

E é por isso mesmo que os grupos dominantes procuram confinar o contributo dos trabalhadores migrantes exclusivamente ao sector da produção, evitando quanto possível rupturas no sistema normativo da nação.

O conceito de «integração», muito mais impreciso que o de assimilação no que respeita à extensão das transformações por que os imigrantes deverão passar, adequa-se melhor à situação que acabo de referir. Traduz efectivamente o duplo movimento que caracteriza actualmente o processo de inserção dos trabalhadores migrantes nas sociedades de «acolhimento», a saber: a *integração funcional* e a *exclusão social*. Estes dois conceitos referem-se a dois aspectos dum mesmo e único processo. O primeiro traduz o processo de adaptação dos trabalhadores migrantes às actividades produtivas e de consumo do país de «acolhimento», processo que depende amplamente das necessidades estruturais da economia, modeladas pela conjuntura. O segundo exprime o facto de os imigrantes não poderem usufruir dos direitos cívicos do país de «acolhimento» e serem assim marginalizados do ponto de vista político, social e cultural. Estes dois processos estão estreitamente imbricados. De facto, a unifuncionalização da classe operária imigrada só se pode operar inteiramente, desde que os operários imigrados permaneçam *estrangeiros*. Caso contrário, isto é: se a assimilação se realizasse de modo extensivo, implicando desaparecimento do estatuto de estrangeiros, a unifuncionalização dos trabalhadores imigrados tenderia a perder toda a legitimação formal. Os trabalhadores imigrados seriam então membros integrais da classe operária autóctone, o que significaria que o seu grau de marginalização passaria a depender sobretudo do estado das relações de força existente entre a classe operária e a burguesia dominante.

Resumindo, direi que se o duplo movimento de integração funcional e de exclusão social dos trabalhadores migrantes visa, sem dúvida, instrumentalizar os imigrantes enquanto força-de-trabalho, por outro lado visa igualmente preservar as sociedades de «acolhimento» dos contactos interculturais e interétnicos que todo o recurso maciço à mão-de-obra estrangeira pressupõe. É certo que tais contactos ocorrem inevitavelmente; mas tendem a ser reduzidos àquele mínimo que é indispensável à adaptação dos trabalhadores migrantes na esfera da produção.

## 2. Aculturação e contra-aculturação: como viver a diferença

Acabamos de ver que, no quadro de uma política de imigração que não visa assimilar os trabalhadores migrantes, mas muito simplesmente integrá-los, os contactos interculturais e interétnicos permanecem bastante restritos. Importa, no entanto, acentuar que não se trata simplesmente de uma aculturação cuja forma e mesmo cujo conteúdo dependam unicamente do tipo de integração a que são submetidos os trabalhadores migrantes. Com efeito, no quadro



da integração funcional, a *aculturação tende ela própria a ser instrumentalizada*, simultaneamente pela sociedade de «acolhimento» e pelo próprio imigrante. É aqui que julgo útil introduzir o conceito de *aculturação funcional*.

A sociedade de imigração exige ao trabalhador migrante transformações limitadas. Não tendo por objectivo assimilá-lo, essas transformações podem reduzir-se a uma simples adaptação ao novo meio social e, sobretudo, ao novo quadro de trabalho (Descloîtres, 1957). Colocando-se eles próprios na perspectiva — muito frequentemente ilusória, de facto — de uma imigração temporária (Kayser, 1972), os trabalhadores imigrados são levados a reduzir os seus esforços de adaptação aos aspectos mais imediatos de um quotidiano organizado quase exclusivamente em função das suas actividades produtivas. Com muita frequência, a aculturação limita-se, assim, à aprendizagem do conhecimento técnico-industrial indispensável para a realização de tarefas produtivas muito pouco diferenciadas. Acrescenta-se a isto, sem dúvida, a aprendizagem da língua do país de «acolhimento»; mas tal aprendizagem permanece frequentemente circunscrita às poucas expressões imprescindíveis na vida quotidiana do imigrante.

Deve-se acrescentar, no entanto, que esta acumulação funcional é sempre acompanhada, em maior ou menor escala, por uma aculturação não imediatamente ligada à integração na esfera da produção. É isto porque, mesmo no quadro de uma aculturação que se pretende pouco extensiva e se quer controlada, são difíceis de se circunscrever os limites das interpenetrações culturais. Os imigrantes têm tendência (pelo menos numa primeira fase do processo de inserção) para aceitar passivamente, por uma espécie de conformismo admirativo, alguns dos traços mais salientes da cultura da sociedade de «acolhimento». Esta vulnerabilidade cultural — que depende nomeadamente da *distância* entre a cultura de origem dos imigrantes e a cultura do país de «acolhimento», bem como do estatuto profissional e jurídico dos trabalhadores migrantes, da política migratória e da situação, na sociedade para onde emigram, do grupo étnico a que os imigrantes pertencem — manifesta-se, no entanto, na generalidade dos casos, paralelamente com uma certa rigidez cultural (Lanternari, 1966). Vulnerabilidade e rigidez culturais podem, aliás, coexistir na medida em que estes dois processos incidem em aspectos diferenciados da cultura de origem dos imigrantes e da cultura da sociedade de «acolhimento».

A rigidez cultural, isto é: o permanecer ligado à cultura de origem, é, em certa medida, inerente a todo o processo de inserção de imigrantes numa dada sociedade. Parece-me, todavia, que este fenómeno se acentua no contexto actual da imigração na Europa, em virtude da integração funcional e da marginalização que esta implica. Por marginalização, entendo menos o processo individual de que pode resultar, naqueles que vivem entre duas culturas, um «eu dividido» na acepção de Park (1928), do que o processo socio-político de rejeição de um grupo minoritário, por efeito do qual este se vê a si mesmo como situado à margem da vida social, política e cultural.

Os imigrantes assim marginalizados continuam a reportar-se à sua cultura de origem, que evidentemente não está em relação funcional com a sua situação objectiva. Ao mesmo tempo, só muito tenuemente e de modo instrumental assimilaram a cultura do país de «acolhimento». Cria-se, deste modo, uma espécie de vazio cultural, propício à desagregação interna do grupo de imigrantes e a desequilíbrios psíquicos mais ou menos profundos.

A fixação valorizante em certos traços da cultura de origem do grupo étnico pode constituir, nestas condições, um elemento de resistência à desagregação e, por conseguinte, de reequilíbrio relativamente ao estado de alternância que caracteriza a actual situação da imigração. A este processo de revalorização idealizante da cultura de origem no seio das sociedades de «acolhimento», chamarei *contra-aculturação*. É evidente, porém, que não se trata de um retorno à cultura de origem «real»; a contra-aculturação significa mais propriamente valorização dum cultura de origem «idealizada», reinterpretada à luz das novas experiências e da nova situação dos trabalhadores migrantes no interior da sociedade de imigração. Através desta idealização, a memória colectiva do grupo retém apenas, mas emprestando-lhe novos conteúdos ou acentuando os conteúdos de origem, aquilo que é capaz de fazer persistir, mau grado as mudanças impostas pelo contacto com uma nova cultura dominante, as suas formas de sociabilidade mais tradicionais, encaradas como as mais coerentes. Esta idealização torna-se tanto mais necessária quanto é certo o grupo já não poder identificar-se funcionalmente com a sua cultura de origem. Isto quer dizer que a cultura assim construída tende a tornar-se relativamente independente das formas *concretas* da existência social dos imigrantes.

A reinterpretação, isto é, a atribuição de significações antigas a elementos novos, ou alteração das significações culturais dos elementos antigos em função de novos valores (Herskovits, 1952), visa, por conseguinte, não somente re-enquadrar o imigrante numa «psique colectiva» compartilhada no interior do grupo étnico, mas também re-institucionalizar este último coerentemente, tanto pela revalorização das suas formas tradicionais de solidariedade, como pela «banalização» da nova cultura com que o grupo se confronta. Com efeito, a reinterpretação da cultura do país de «acolhimento» em termos da cultura de origem torna aquela menos «inquietante» porque mais próxima, mais familiar. Simultaneamente, o retorno valorizante à cultura de origem permite, em certa medida, restituir uma história comum a indivíduos que no contexto das migrações, dela se encontram privados, quer enquanto membros da classe operária, quer enquanto estrangeiros.

### 3. O duplo exílio: a dificuldade de ser emigrante

A política de integração e de aculturação funcionais têm em vista, por conseguinte, uma dupla finalidade: a) reduzir os trabalhadores estrangeiros a uma simples força-de-trabalho, utilizada ao sabor das conjunturas económicas; b) preservar o equilíbrio normativo da nação de «acolhimento», evitando que as interpene-

trações culturais entre os imigrantes e os autóctones ultrapassem o limiar indispensável às actividades de produção.

Neste condicionalismo, os conflitos resultantes da imigração maciça de trabalhadores revestiram-se até ao presente de um carácter *pontual*, que certas explosões de violência racista, mais ou menos localizadas, não puderam desmentir. Uma tal contenção dos conflitos só pôde, todavia, ser conseguida mediante a extrema funcionalização dos grupos de imigrantes e através da acção de mecanismos de controle social e político que, se fossem aplicados aos autóctones, seriam próprios de regimes abertamente ditatoriais.

Estas práticas de controle social e político da imigração tornam difícil qualquer acção dos trabalhadores migrantes. Dado o seu estatuto de estrangeiros, está-lhes praticamente vedado lutar pelo reconhecimento das suas culturas como elementos constitutivos da cultura das sociedades de imigração. E, de facto, a identidade cultural e étnica não constitui, enquanto tal, um objectivo da acção reivindicativa dos grupos de imigrantes. A tomada de consciência étnica não assume, no presente conspecto das migrações na Europa, a forma activa de um protesto contra a marginalização e a exclusão socio-política que atingem os trabalhadores migrantes. Tende normalmente a tomar uma outra forma, que é precisamente a do retorno *defensivo* a valores idealizados da cultura de origem.

É certo que uma acção reivindicativa dos trabalhadores migrantes se manifesta no campo das lutas operárias. Mas estes dois aspectos das lutas dos trabalhadores imigrados, isto é, a sua consciência de classe e a sua consciência étnica, não são independentes. Com efeito, a participação de um grupo de imigrantes nas lutas operárias depende largamente do grau de autonomia que esse grupo manifesta relativamente à cultura dominante; ou seja, por outras palavras, depende do grau de afirmação da sua cultura própria. Inversamente, a consciência étnica de um grupo de imigrantes revela-se tanto mais apta para servir de base a uma acção independente quanto mais autónoma é a sua consciência de classe. Estes dois aspectos das lutas dos trabalhadores imigrados só dificilmente podem ser dissociados.

É, pois, seguro que o refúgio nos valores idealizados da cultura de origem, para o qual os trabalhadores migrantes são impelidos, tende a tornar-lhes mais difícil uma tomada de consciência, quer enquanto membros da classe operária, quer enquanto grupo étnico.

Vivendo numa situação de *duplo exílio*, — por um lado relativamente à sua sociedade de origem, por outro relativamente à sociedade de imigração —, os trabalhadores estrangeiros são talvez os únicos operários para quem a nacionalidade se encontra abolida.

E no entanto — por motivos que foram socialmente construídos —, esta situação, longe de facilitar a acção, conduz na maior parte dos casos a uma dificuldade de ser (imigrante).

## BIBLIOGRAFIA

- ALLEN, Schella — *New Minorities, old conflicts — Asian and West Indian migrants in Britain*, New York, Random House, 1971.
- DESCLOITRES, R. — *Les travailleurs étrangers, leur adaptation au travail industriel et à la vie urbaine*, Paris, OCDE, 1967.
- DEVEREUX, G. — *Ethnopsychanalyse complémentariste*, Paris, Flammarion, 1972.
- HERSKOVITS, H. J. — *Les bases de l'anthropologie culturelle*, Paris, Payot, 1952.
- KAYSER, B. — *Les retours conjoncturels des travailleurs migrants*, Paris, OCDE, 1972.
- LANTERNARI, V. — «Désintégration culturelle et processus d'acculturation», *Cahiers Internationaux de Sociologie*, vol. XII, 1966.
- PARK, R. E. — «Human migration and the marginal man», *American Journal of Sociology*, vol. 33, n.° 6, 1928.